

Dívida de curto prazo cresceu R\$ 50 bi este mês

Volume corresponde a 8% do endividamento, que atingiu R\$ 639,39 bilhões em maio

RENATO ANDRADE
e ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – A dívida pública em títulos de curto prazo já aumentou R\$ 50,9 bilhões este mês. Esse volume corresponde a 8% do estoque do endividamento, que fechou maio com o recorde histórico de R\$ 639,39 bilhões.

Em menos de um mês, foram acrescidos R\$ 23,4 bilhões aos vencimentos de 2002 e outros R\$ 27,5 bilhões para 2003. O encurtamento dos prazos é resultado das operações de troca de papéis emitidos pelo governo para pagamento após 2003 por títulos com vencimentos mais próximos.

Essas operações foram feitas nas últimas semanas pelo Banco Central (BC) para tentar debelar a onda de nervosismo que tomou conta do mercado financeiro. A tensão ganhou contornos mais dramáticos depois que os investidores passaram a desconfiar da capacidade do País de honrar os pagamentos da sua dívida, provocando o aumento do risco país. Os investidores passaram a rejeitar papéis com vencimento previstos para o próximo governo.

O resultado imediato do encurtamento dos prazos dos títulos é o aumento da parcela da dívida com vencimento em 12 meses. Esse é um dos principais indicadores observados pelas agências de classificação de risco. O coordenador-geral de Administração da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle, admitiu ontem que as trocas farão com que o volume de títulos com vencimento em 12 meses suba para até 30% do estoque total da dívida até o fim deste mês. Em maio, esse percentual chegou a 27,76%.

As recentes trocas feitas pelo BC incluem papéis com rentabilidade pós-fixada (LFTs) e títulos



los com correção cambial, com vencimentos em 2003, 2004, 2005 e 2006. Segundo o chefe do Departamento de Operações de Mercado Aberto (Demab) do BC, Sérgio Goldenstein, o volume de vencimentos previstos até o fim do ano depois das trocas é de R\$ 112 bilhões.

Pelos cálculos do BC, foram trocadas até agora R\$ 19,4 bilhões de LFTs com resgate de 2003 a 2006, por outras com vencimentos em outubro e novembro deste ano. Desse total, R\$ 15,3 bilhões são referentes a trocas de LFTs de 2003 e R\$ 5,1 bilhões de papéis com vencimentos de 2004 a 2006. O BC também trocou até agora R\$ 3 bilhões de títulos cambiais que venciam em 2004 e 2005 por outros com vencimento ainda em 2002.

Para o próximo ano, o BC adicionou aos vencimentos já previs-

tos R\$ 27,5 bilhões em títulos. Desse total, R\$ 23,5 bilhões foram trocas envolvendo LFTs e os R\$ 4 bilhões restantes são papéis com correção cambial.

Estoque – O pagamento de parte dos títulos que venciam no mês passado permitiu ao governo controlar o potencial de crescimento da dívida. Em vez de renovar todos os R\$ 24,4 bilhões que venciam em maio, o governo acabou optando em pagar R\$ 12,3 bilhões desse total. Com isso, o estoque da dívida cres-

ceu apenas 0,96% em relação a abril, puxado basicamente pela desvalorização de 6,75% do real no mês passado. Se não fosse esse resgate de papéis, o estoque da dívida teria crescido 2,9%.

Com essa desvalorização, a parcela da dívida exposta a variação cambial acabou saltando de

28,84%, em abril, para 30,29%, em maio. A redução dessa exposição é uma das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil. “O câmbio é flutuante, e esse aumento reflete a taxa de câmbio. Já chegamos a um parcela de títulos cambiais de 32,85% em outubro passado, que depois caiu”, ponderou Goldenstein.

O chefe do Demab evitou considerações sobre a recomendação do FMI, mas destacou que, no ano passado, quando a dívida cambial sofreu um forte aumento a partir de setembro, a situação era outra. Segundo Goldenstein, naquele momento a elevação da dívida ocorreu não somente pela desvalorização do real, mas também pela emissão líquida de cerca de R\$ 25 bilhões de títulos cambiais. Esses papéis foram vendidos para dar proteção (hedge) ao mercado, que vivia momentos de alta volatilidade depois dos atentados terroristas aos EUA e do agravamento da crise argentina. Na crise atual, o BC não fez nenhuma emissão adicional de títulos cambiais. (AE)

MERCADO
REJEITA PAPÉIS
COM MAIOR
VENCIMENTO